

# Formação, psicanálise e patriarcado: o caso May

---

Lorena Amorelli Reinato e Priscilla Melo Ribeiro de Lima

## Resumo

É corrente o apontamento de que o discurso analítico se organiza por meio de uma leitura misógina da sociedade e reitera práticas de violência e opressão. Diante disso, este artigo propõe debater a formação em psicanálise a partir das formações da cultura, mais especificamente do patriarcado, como ordem que rege as relações de dominação-exploração entre homens e mulheres. Busca-se, com isso, convocar os psicanalistas a aprofundar o debate sobre a formação em psicanálise, considerando-o a partir dos efeitos do discurso psicanalítico na civilização. Para tanto, utiliza-se o campo da psicanálise em extensão, a fim de apresentar e analisar o caso May como relato de um percurso de formação.

## Palavras-chave:

Formação do analista; Patriarcado; Psicanálise.

## Formation, psychoanalysis and patriarchy: the May case

### Abstract

It is common to note that analytical discourse is organized through a misogynistic reading of society and reiterates practices of violence and oppression. Given this, this article proposes to debate formation in psychoanalysis based on cultural establishment, more specifically patriarchy as the order that governs relations of domination-exploitation between men and women. The aim is to encourage psychoanalysts to deepen the debate on training in psychoanalysis, considering it based on the effects of psychoanalytic discourse on civilization. To this end, the field of psychoanalysis is used extensively in order to present and analyze the May case as a report of a training journey.

### Keywords:

Analyst training; Patriarchy; Psychoanalysis.

## **Formación, psicoanálisis y patriarcado: el caso May**

### **Resumen**

Es común notar que el discurso analítico se organiza a través de una lectura misógina de la sociedad y reitera prácticas de violencia y opresión. Ante esto, este artículo se propone debatir la formación en psicoanálisis basada en formaciones culturales, más específicamente el patriarcado como orden que rige las relaciones de dominación-explotación entre hombres y mujeres. El objetivo es incentivar a los psicoanalistas a profundizar el debate sobre la formación en psicoanálisis, considerándola basada en los efectos del discurso psicoanalítico sobre la civilización. Para ello, se utiliza ampliamente el campo del psicoanálisis para presentar y analizar el caso May como relato de un camino formativo.

### **Palabras clave:**

Formación de analistas; Patriarcado; Psicoanálisis.

## **Formation, psychanalyse et patriarcat : le cas de May**

### **Résumé**

Il est courant de constater que le discours analytique s'organise à travers une lecture misogyne de la société et réitère des pratiques de violence et d'oppression. Dans cette optique, cet article propose de débattre de la formation à la psychanalyse basée sur des formations culturelles, plus spécifiquement sur le patriarcat comme ordre qui régit les relations de domination-exploitation entre hommes et femmes. L'objectif est d'inciter les psychanalystes à approfondir le débat sur la formation à la psychanalyse, en la considérant comme fondée sur les effets du discours psychanalytique sur la civilisation. À cette fin, le domaine de la psychanalyse est largement utilisé pour présenter et analyser le cas May comme le récit d'un parcours de formation.

### **Mots-clés :**

Formation d'analyste ; Patriarcat ; Psychanalyse.

Grande parte das críticas recebidas pela psicanálise concentra-se em demonstrar como sua teoria subsidia noções falocêntricas, tornando-se um discurso patologizante e normativo da sexualidade. Para Preciado (2020), um dos grandes desafios para a psicanálise, mas também uma das grandes tarefas para a formação de analistas, é a abertura ao processo de crítica de seus discursos e práticas. Essa crítica implicaria um movimento de “despatriarquização, desheterossexualização e descolonização da psicanálise, como discurso, como narrativa, como instituição e como prática clínica” (Preciado, 2020, p. 37).

Este trabalho parte do esforço em sustentar a asserção de que a psicanálise, em suas manifestações teóricas, clínicas e políticas, fornece reflexões acerca do indivíduo em sociedade, mas, ao fazer isso e no modo pelo qual o faz, também revela algo sobre as estruturas e os fundamentos que embasam o próprio discurso psicanalítico. Nesse sentido, o discurso analítico está diretamente atado a um momento político e histórico, e não está apartado da sociedade, das instituições e dos laços sociais, pois a psicanálise é um fato de cultura (Mezan, 1985) que emerge das circunstâncias históricas e está inteiramente atravessada pela civilização que a contém. Ou seja, é da e na civilização que o discurso analítico atua e se autoriza.

Assim, o discurso psicanalítico estrutura as práticas sociais e a subjetividade dos sujeitos que delas participam, permitindo um enquadramento e um modo de ler a sociedade e, do mesmo modo, realizando-se como parte e expressão da cultura (Parker, 2006). A psicanálise, portanto, nada diz sem seus agentes históricos e, ainda, não existe se não considerada como um movimento recheado de estiramentos, conversões, rupturas e combinatórias.

Visando a convocar os psicanalistas ao desafio de ampliar a compreensão do tripé analítico, propomos pensar e articular a formação em psicanálise como uma formação da cultura, mais especificamente do patriarcado, como ordem que rege as relações de dominação-exploração entre homens e mulheres (Saffioti, 2015). Para tanto, nós nos valeremos do campo da psicanálise em extensão, a fim de apresentar e analisar o relato do percurso de formação de May. Ressalta-se que a proposta deste trabalho advém da pesquisa de mestrado sobre a incidência do patriarcado na experiência formativa de mulheres analistas.

## **Patriarcado e formação de analistas: o (re)corte político**

É corrente a ideia de que as psicanálises não estariam adensadas nas linhas gerais de concepção e difusão de conhecimento das ciências, uma vez que sua ética se desdobraria em outra lógica de elo e encadeamento social. Com frequência observamos a tentativa de proceder a uma separação entre a formação pedagógica e/ou profissional e o que se propõe para uma formação em psicanálise.

A formação analítica é orientada por princípios e fundamentos que visam a produzir as condições necessárias de acesso ao inconsciente. É por isso que não

se pode entendê-la pelas condições de ensino tradicionais, tendo em vista que seu objeto não é alcançado simplesmente por elocubrações racionais e conscientes advindas do aprofundamento dos estudos teóricos. Será por meio da articulação e do arranjo organizado em torno da análise pessoal, estudos teóricos regularmente renovados e supervisão (tripé analítico) que Freud vai propor o percurso de um analista.

Em “A questão da análise leiga”, Freud (1926/2016) elabora os termos nos quais é possível traçar as diretrizes para uma orientação que preza pelo inconsciente e pelo desejo. Nesse texto, o autor considerou que a psicanálise não seria um exercício restrito aos médicos e ainda discutiu como o modo de organização universitário não poderia oferecer uma formação justa perante as especificidades do campo analítico.

Por essas ditas especificidades, surgiu a necessidade de situar a prática psicanalítica a partir de pressupostos próprios. Logo, a ideia que se construiu para uma formação analítica perfilou a noção do saber do inconsciente, diante do qual o analista não pode ser um leigo, ainda que o seja em relação à formação médica e/ou psicológica. Um analista, portanto, é aquele que se forma do e pelo inconsciente, não sendo desse leigo.

Entretanto, vemos como o campo psicanalítico e os conteúdos tratados pela teoria compõem um território vasto de disputa ideológica, uma vez que tocam diretamente a questão da moral e da sexualidade. Um exemplo atual diz respeito à tentativa de apropriação do campo analítico por grupos religiosos (Sigal, 2018), uma vez que a discussão sobre a formação de analistas é o lugar no qual a política se expressa de maneira evidente e o meio pelo qual ela é produzida de modo menos comedido.

Demarca-se, pois, a existência de uma disputa nada aleatória por controlar os espaços de formação em psicanálise. Seja pela colocação do debate acerca da não regulamentação da psicanálise como profissão, seja pelas disputas institucionais pela legalidade da nomeação de analistas, a política se mostra nos embates legais e se presentifica nas escolas, no movimento analítico e na relação dos analistas com a sociedade.

Porém, ainda é comum que o debate político na psicanálise apareça acompanhado de tendências que buscam miná-lo, sendo mascarado pela ilusão de que as dinâmicas de poder não estão presentes nos coletivos psicanalíticos e/ou que uma teoria nada tem a ver com o cenário geral dentro do qual está inserida. Com frequência o debate se desvia das problemáticas acerca de relações de poder e dominação dentro do próprio campo. Contudo, cabe lembrar que a questão do poder e sua relação com o saber estão historicamente colocadas desde o início da construção da psicanálise, sendo especialmente na transferência em que o debate toma corpo e figura um lugar capitular para a clínica.

A elaboração do conceito de transferência permitirá formular uma intervenção que possa dispensar o tratamento por sugestão, o qual se efetivava em uma configuração dissimétrica entre médico/terapeuta e doente.

Se hoje é possível dizermos de uma ética da psicanálise que se afasta de alguns princípios de dominação em seu fazer, isso não está garantido e não se consolida simplesmente pela teorização de um saber. Por isso, questionamos: o que pode uma análise? Na obra “A análise finita e infinita”, Freud (1937/2016) explicitou os limites de uma análise, atacando a ideia de que a análise deveria produzir uma “normalidade psíquica absoluta”. A questão do limite colocado à análise, à psicanálise e ao analista deve ser remetida ao aspecto econômico da pulsão para ensinar que a atuação do analista se dá a partir da atualidade dos conflitos pulsionais. O psicanalista, então, deve portar o impedimento à pretensão de cura absoluta.

A experiência de uma análise deve produzir a “forte convicção da existência do inconsciente” (Freud, 1937/2016, p. 356). Assim, a emergência do analista se faz mediante a inclusão do inconsciente na leitura das vivências e experiências do sujeito em sociedade. Em outras palavras, a formação do analista sobrevém da continuidade do processo colocado em movimento pela análise, mas que não se encerrará ao final dela. Esse processo de formação acompanha forçosamente as intermitências da realidade e as construções da cultura, pois a análise se ocupa impreterivelmente do atual.

Nesse sentido, é preciso demarcar que, ao tratarmos de formação, não devemos abordar somente o percurso de um sujeito na psicanálise, mas fundamentalmente o percurso do sujeito pelas formações do inconsciente, as quais se ancoram nas próprias formações da cultura. Isto é, a formação de analistas estará enlaçada à formação do sujeito na cultura e, ainda, contará com a inclusão da experiência do inconsciente nas práticas sociais.

Segundo Parker (2005), a psicanálise freudiana foi responsável por uma descrição do funcionamento da família como produtora da masculinidade e da feminilidade e, ao fazer isso, explicitou um modo de organização social e possibilitou indicações sobre como tais posições poderiam ser alteradas. Por isso, faz-se necessário compreender como a formação de analistas está enlaçada à própria formação do sujeito na sociedade. Por isso, o discurso analítico “não deixa de se relacionar com algo que modifica a face das coisas em nossa época” (Lacan, 1971/2005, p. 146), tornando mandatário que um analista esteja sempre atento aos movimentos hegemônicos e contra-hegemônicos de seu tempo.

Dentro desse panorama, podemos compreender como as condições sociais às quais as mulheres estiveram assujeitadas integram parte importante do conjunto chamado de psicanálise, sendo elas paradoxalmente testemunhas da causa e testemunho do efeito da opressão. Nesses termos, sustentamos que não se trata de

discutir se os estudos de gênero têm ou não alguma relevância para a psicanálise, ou ainda se a psicanálise é ou não misógina, mas de reconhecer que a condição das mulheres está inscrita na psicanálise desde o início e deve ser lida como engendramento, e não somente como mais um esforço de diálogo com outro campo de conhecimento.

É interessante notar que a aproximação entre as mulheres e a representação de um corpo pecaminoso, diabólico ou adoecido foi construída ao longo do desenvolvimento da sociedade e persiste em diferentes formas de expressão. Na década de 1920, junto ao auge do movimento eugenista, a promiscuidade sexual feminina foi considerada uma doença mental, que autorizava a internação em hospitais psiquiátricos ou a esterilização. Em 1950, a lobotomia era uma prática indicada para as mulheres na cura da depressão, sendo particularmente sugerida para aquelas que desempenhavam o trabalho doméstico (Federici, 2019).

Foucault (1988/1999) identificou como a histerização do corpo da mulher compôs um dos dispositivos de poder sobre o sexo e marcou a produção de uma sexualidade feminina voltada para promoção da aliança entre a mulher, o lar e a família burguesa. Para o autor, o processo de tratar o corpo da mulher como histórico partiu da consideração de que se tratava de um corpo sexualizado, que precisava ser controlado e gerido para se dispor aos interesses da sociedade (Foucault, 1988/1999). O uso do corpo social feminino gerou a necessidade de contê-lo por meio das ciências médicas, que o assimilaram como patologia. É nesse sentido que o corpo da mulher foi amarrado ao corpo de mãe, bem como a sexualidade feminina foi patologizada.

Há, pois, uma afinidade entre a condição das mulheres, as condições estruturais do modo de produção e o desenvolvimento das ciências. É necessário reconhecer que esse contínuo está colocado impreterivelmente na formulação da obra freudiana, uma vez que ela se ocupou diretamente das mulheres que estavam na linha de frente do adoecimento e lidou propriamente com as inúmeras terapêuticas experimentadas nas cruzadas pela normalidade moral. O discurso psicanalítico e a condição social das mulheres não podem ser analisados como elementos estranhos um ao outro.

Em verdade, a existência de um estado de opressão e submissão está na base para a formulação de uma teoria aportada na sexualidade. Verifica-se, enfim, que a emergência do discurso analítico resulta da própria condição de opressão das mulheres, instaurada para a consolidação do sistema econômico. Em outras palavras, só há psicanálise nos termos como a conhecemos em uma configuração de opressão-exploração da condição da mulher.

## Caso May

O primeiro encontro de May com a psicanálise se deu de maneira muito trivial, como quem abre o jornal e se depara com uma notícia decisiva. No seu caso, foi no cotidiano que May reencontrou-se com algo seu, antes mesmo de saber que ali já estava/estaria a psicanálise. A garota se misturava às colunas de Contardo Calligaris, publicadas na *Folha de S.Paulo*, lendo-as rotineiramente sem saber ao certo o que procurava, mas certa de que precisava dar a elas um lugar junto aos livros de direito. O interesse por “essa coisa que gira em torno da lei”, nas palavras dela, levou-a ao direito e ao divã. Havia algo sobre sua escolha de curso em revisão, escolha feita ainda quando era “tão nova! De idade, de tantas outras coisas, 17 anos e a escolha de uma universidade!”. Aos 17, momento da escolha, May ficara na dúvida entre fazer psicologia ou direito, escolhendo o segundo, mas mantendo a dúvida em causa na sua entrada em análise.

Desde o início, colocaram-se em questão o “curso” e a escolha de um caminho quando era “muito nova”. Do direito como escolha à psicanálise como direito de escolher, efetuou uma mudança de per-curso, passando da adaptação e adequação do direito a outro lugar nomeado pelo “curso de psicanálise”. Para ela, o curso de uma psicanálise distanciava-se do curso de psicanálise e, assim,

(...) o direito foi totalmente esquecido e eu entrei para formação na Escola Machado de Assis, e acho que foi quando a Anna nasceu?! Foi, foi assim que ela nasceu. Ela vai fazer 14 anos esse ano... Então, eu tô novinha no percurso com a psicanálise [risos] 14 anos... bem novinha. Então, foi um percurso marcado por questões que vieram junto com a psicanálise, como a maternidade, o lugar da mulher, a criança, o bebê, tudo isso fez parte desse percurso a todo momento, porque a Anna, ela me traz esse início num percurso, depois veio a Dora, que traz meu início da clínica, e ela fez 9 anos agora... Então, são dois marcos pra mim, assim, de nascimento não só das minhas filhas, mas também de inaugurar espaços dentro da psicanálise.

Saída do direito, a entrada na psicanálise se deu em conjunto com a inauguração de um novo espaço para May: o da mãe. A maternidade marcou seu processo analítico e sinalizou os momentos decisivos de sua trajetória na psicanálise. Podemos escutar em sua trajetória uma vinculação entre tornar-se mãe e o início de seu romance de formação. Ainda, motivada pela experiência da maternidade, May se interessou pela clínica com crianças.

É interessante demarcar que a experiência com a maternidade e a atuação de mulheres na psicanálise são de longa data. A análise de crianças foi o espaço em

que muitas mulheres analistas assentaram sua prática e puderam acrescentar uma novidade ao construto teórico (Sayers, 1991). Curiosamente, a novidade do trabalho analítico com crianças na história do movimento evoca justamente a discussão entre a pedagogia e a psicanálise — tão fundamental na discussão sobre formação, mas também muito negligenciada. Nesse âmbito, vale mencionar o impasse entre Anna Freud e Melanie Klein e os desdobramentos no movimento psicanalítico das questões colocadas por essas analistas. Entretanto, pelo recorte do artigo, não poderemos nos aprofundar nessa direção.

Retornando ao relato de May, outro aspecto importante diz respeito à repetição da designação de si mesma como “novinha”. Isso pode ser lido como uma marca que percorre toda a narrativa de sua trajetória e parece ser a marca de um lugar frequente e frequentado. Porém, essa palavra ganha diversos contornos ao longo de seu relato; às vezes, aparecendo como sinônimo de imaturo, precoce, e outras, como referência ao que é inicial ou, ainda, novidade.

Precisamos, contudo, compreender também que “novinha” nos remete a um registro da cultura contemporânea frequentemente endereçado às mulheres. Escutamos várias menções às novinhas nas letras de funk como referência às meninas púberes e às mulheres jovens. Essa palavra geralmente vem acompanhada da ideia, corrente na boca pequena, sobre a preferência de homens por meninas jovens e até menores de idade. Conjecturamos, assim, que tal expressão, típica da cultura brasileira, é também uma forma de enunciar uma face da chamada “cultura do estupro”, entendida como “o conjunto de violências simbólicas que viabilizam a legitimação, a tolerância e o estímulo à violação sexual” (Sousa, 2017, p. 13).

Sousa (2017) afirma que está colocada para a sexualidade da mulher uma cisão entre a mulher promíscua (ligada à representação da prostituta) e a mulher recatada (representada pela dona de casa). Podemos ver essa fragmentação enunciada na narrativa de May, na qual percebemos o sexual comparecendo também em outra expressão. A entrevistada nos disse que a vontade de se dedicar a um percurso na psicanálise costurou-se à subversão que ela viu no trato analítico, subversão essa que fazia frente à adaptação do direito e da psicologia. Em suas palavras,

(...) a subversão, ela veio justo aí nesse trato que me parece que tanto a arte quanto a psicanálise fazem do inconsciente, dos impulsos, subversivo, porque não tá em busca de uma adaptação, de um padrão de conduta. Para mim, é algo que eu me encontro nesse fazer, nessa prática. O que não quer dizer que... Tem uma confusão grande em subversão, não adaptação, essa coisa de não ter um padrão, não ficar respondendo a um padrão, a um ideal... e aí o subversivo, questionador, que implica o sujeito em um fazer, no que aparece aí dos seus impulsos, dos seus traços, do seu modo de lidar

com isso que é o inconsciente, a libido; tem esses dois lugares, e muitas vezes esse lugar subversivo é confundido como porra-louquice, e não é... Porque eu percebo que a porra-louquice está muito mais, eu digo assim, essa coisa o oposto da lei, tá muito mais ali onde tá a lei, na adaptação, do que na subversão. A subversão faz um trato disso que é a loucura que tá em todos nós, a perversão que tá em todos nós. Então, isso me pegou. Qual o lugar para a loucura, para os desejos, que tem uma raiz perversa que não seja a adaptação, o padrão de conduta e o ideal? Qual o lugar para isso? A psicanálise permite que a questão seja feita, ela dá espaço. Isso, para mim, é subversivo [longo silêncio].

Observamos um hiato entre o primeiro momento, no qual ela afirma a psicanálise como um fazer que não busca um padrão de conduta, e o segundo momento, em que ela precisará separar o subversivo da “porra-louquice”; o que cinde esses dois momentos é uma frase sem fim (“o que não quer dizer que...”). Supomos que algo queria dizer, mas precisou ser negado, tomando outro caminho. Assim, após questionada sobre como a psicanálise conseguiria dar um passo para a subversão sem cair na porra-louquice, prossegue:

Eu vejo a porra-louquice como a loucura, e as questões desejantes, tratadas de uma forma muito medíocre. Essas coisas podem ser mais sofisticadas, se forem mais trabalhadas. Isso dá trabalho, né?! A porra-louquice, eu vejo como algo medíocre, ou dentro de um laço que é de sofrimento nas exigências que envolve o que eu disse dos padrões. Claro que a porra-louquice tem o seu lugar, né. Não quer dizer que não tenha. Claro que, se eu quiser beber três garrafas de vinho e não quiser não fazer nada com isso, e sair para uma noite e ficar doida, eu tô querendo fazer isso. É uma porra-louquice? É. Tem lugar para isso também. Não é que não acho que isso não pode existir, acho que se a vida for só isso e não virar outra coisa fica pouco. Parece que fica pouco.

A expressão “porra-louca” é usada informalmente no Brasil para se referir a algo ou alguém que age de maneira inconsequente, atuando de forma considerada fora dos padrões morais. Essa expressão é formada por duas palavras: a primeira (porra) é utilizada para se referir ao esperma. Já a segunda palavra (louca) é um substantivo feminino que faz referência à loucura. Não é sem valor que essa coloquialidade do linguajar brasileiro condensa a um só tempo loucura e sexo. Podemos compreender que a porra-louquice é aquilo que extrapola certos limites acordados socialmente e com frequência se localiza como oposição à norma vigente, norma cujo destino costuma ser justamente a loucura e o sexo.

May prossegue dissecando a porra-louquice, demonstrando que há nessa ideia um padrão de conduta que envolve, por exemplo, o uso de bebida alcóolica e o estado de loucura. Seguindo a toada, a porra-louquice pode ser escutada como um julgamento moral, superegoico, que traça uma continuidade entre uma norma de conduta e um julgamento moralizante dos excessos. Sousa (2017) afirma que, no caso das mulheres, há uma regra social que determina padrões de conduta imbuídos de orientações sobre os melhores tipos de comportamento para evitar a violação de sua integridade física. Quanto a isso, Haug (1999) destaca que a educação das mulheres impõe uma disciplinarização sobre seus corpos, forçando-as à adoção de trajés, posturas e ações que confirmam as relações de dominação entre os gêneros.

Haug (1999) revela a existência de um “*body of laws*” (corpo de leis) que fundamenta a construção da sexualidade feminina, determinando um conjunto de disposições sobre o corpo da mulher como aquele que deve oferecer-se dócil, servir e se curvar. Para Irigaray (2017), é esse corpo de leis que transforma a mulher em um objeto social e reforça a condição de mercadoria sexual do lado das mulheres.

No decorrer da pormenorização da porra-louquice, May, no entanto, observa que aquele que lida com questões como o sexo e a morte pode ser considerado (por quem?) porra-louca, pois dá espaço ao que não pode ser dito, ao que está fora dos padrões. É nesse instante que podemos capturar uma torção valiosa do binarismo que anteriormente visava a separar o subversivo da porra-louca, binarismo cujo objetivo visava a regerar, a ordenar o subversivo. Como um passo a mais de sentido, a porra-louquice passa, então, a ser um lugar no qual aquele que lida com questões que envolvem a sexualidade, a morte e os impulsos frequenta. Vê-se o esboço de uma permissão ao gozo da porra-louca, subversivo por estar além dos limites da lei — e não mais em seu entorno.

Lacan (1958/1998, p. 593) nos lembra que, em uma análise, o analista paga com o que “há de essencial em seu juízo mais íntimo, para intervir numa ação que vai ao cerne do ser”. Lemos, enfim, um *pas de sense* no qual May separa-se do efeito moralizante de sua formação. Desse lugar, tão novinho, essa mulher-tornada-analista pode ultrapassar-se. Assim:

Era muito esquisito dizer para o outro que eu era psicanalista. Só que teve um momento em que foi preciso dizer desse lugar, de psicanalista. Eu reconheci que eu estava nessa função, de escuta. Lidando com questões transferenciais, sendo tomada a partir desse lugar. Então, foi um reconhecimento bom, é um lugar que quero frequentar mais, esse de estar psicanalista. Parece que é isso: eu me tornava a cada vez que eu ia lá, eu me tornava, e saía, e não era mais.

## Referências bibliográficas

- Alberti, S. (2019). Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano. In A. M. Sigal, B. Conte, & S. Assad (Org.), *Ofício do psicanalista II*. São Paulo: Escuta.
- Federici, S. (2019). *Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais*. São Paulo: Boitempo.
- Foucault, M. (1999). *História da sexualidade* (M. T. da C. Albuquerque & J. A. G. Albuquerque, Trad.). Rio de Janeiro: Record. (Trabalho original publicado em 1988)
- Freud, S. (2016). A questão da análise leiga. In S. Freud. *Obras completas* (P. C. L. de Souza, Trad.) (Vol. 17, pp. 9-98). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1926)
- Freud, S. (2016). A análise finita e a infinita. In S. Freud. *Fundamentos da clínica psicanalítica. Obras incompletas de Sigmund Freud*. Belo Horizonte: Autêntica. (Trabalho original publicado em 1937)
- Haug, F. (1999). *Female sexualization: a collective work of memory*. London: Verso.
- Irigaray, L. (2017). *Este sexo que não é só um sexo: sexualidade e status social da mulher*. São Paulo: Editora Senac.
- Lacan, J. (1998). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In J. Lacan. *Escritos* (1a ed.). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1958)
- Lacan, J. (2005). *O seminário, livro 18: de um discurso que não fosse semblante* (1a ed.). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1971)
- Mezan, R. (1985). *Freud, pensador da cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- Parker, I. (2005). *Qualitative psychology: introducing radical research* (1a ed.). Maidenhead: Open University Press.
- Parker, I. (2006). *Cultura psicanalítica: discurso psicanalítico na sociedade ocidental*. São Paulo: Ideias & Letras.
- Preciado, P. B. (2020). *Eu sou o monstro que vos fala: relatório para uma academia de psicanalistas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Rosa, M., Estêvão, I. R., & Braga, A. P. M. (2017). Clínica psicanalítica implicada: conexões com a cultura, a sociedade e a política. *Psicologia em Estudo*, (22), 359-369.
- Saffioti, H. (2015). *Gênero, patriarcado e violência* (2a ed.). São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo.
- Sayers, J. (1991). *Mães da psicanálise: Helene Deutsch, Karen Horney, Anna Freud, Melanie Klein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Sigal, A. M. (2018). Para entender melhor a questão da não regulamentação da psicanálise. *Boletim Online*, (46).

Sousa, R. F. (2017). Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. *Revista Estudos Feministas*, 25(1), 9-29. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p9>

**Recebido:** 01/12/2023

**Aprovado:** 15/12/2023